

ANA PLÁCIDO: UMA MULHER À FRENTE DO SEU TEMPO

ANA PLÁCIDO: A WOMAN AHEAD OF HER TIME

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v19n1p26-32

Resumo

Ana Augusta Plácido nasceu no Porto, em 1831, e faleceu em São Miguel de Seide, em 1895. Pertencente a uma família da pequena burguesia portuense, casou aos 19 anos com Manuel Pinheiro Alves, de 43 anos, um próspero brasileiro torna-viagem, comerciante no Porto. O casamento fora um acordo entre o pai, António José Plácido Braga, e o noivo, como era pática naquele tempo. Contudo, desde os 15 anos, Ana Plácido era apaixonada pelo escritor Camilo Castelo Branco, que conhecera num baile. Decidida a viver esse grande amor, deixa o marido e vai viver com o escritor. Acusados de adultério, ambos foram presos e encarcerados na prisão da Relação do Porto de 1860 a 1861. O texto “Meditações” foi escrito na cadeia. O objetivo deste trabalho é traçar o perfil biográfico da autora a partir do texto que integra *Luz coada por ferros*, livro de estreia publicado em 1863. O suporte teórico para o trabalho é dado pelo conceito de autobiografia (LEJEUNE, 2008) e por conceitos da crítica feminista, como gênero, fada do lar e patriarcado.

Palavras-chave: Ana Plácido. Autobiografia. Crítica feminista.

Abstract

Ana Augusta Plácido was born in Porto, in 1831, and died in São Miguel de Seide, in 1895. Belonging to a family of the small city's bourgeoisie, she married at age 19 with Manuel Pinheiro Alves, 43, a successful “Brazilian” businessman in Porto. The marriage was an agreement between the father, António José Plácido Braga, and the fiancé, as it was usual at that time. However, since turned 15 years old, Ana Plácido was in love with the writer Camilo Castelo Branco, whom she met at a ballroom. Having made up her mind to live this great love, she leaves her husband and moves in with the writer. Accused of adultery, both were arrested and put in prison, more specifically in the “Prisão da Relação” of Porto, Portugal, from 1860 to 1861. This paper aims to trace the biographical profile of the author from the text “Meditations” written in jail, which integrates *Luz coada por ferros*, literary debut book published in 1863. The theoretical support for this paper is given by the concept of autobiography (LEJEUNE, 2008) and concepts of feminist criticism, such as gender, “angel in the house” and patriarchy.

Keywords: Ana Plácido . Autobiography. Feminist critique .

Conceição Flores

Universidade Potiguar (UnP)

E-mail: conflores.natal@gmail.com

Tenho encontrado muitas mulheres corajosas que exploram os limites das possibilidades humanas sem uma história para as guiar. E fazem-no com uma extraordinária bravura que as torna vulneráveis.

Gloria Steiner

Este ensaio é sobre Ana Plácido, uma mulher à frente do seu tempo, cujo nome costuma aparecer vinculado ao de Camilo Castelo Branco, sobretudo ao escândalo provocado pela prisão de ambos. Ela faz parte de um vasto leque de escritoras que têm ficado à margem da história da literatura, muitas das quais ainda aguardam ser retiradas do limbo onde permanecem. Na pesquisa realizada com Constância Lima Duarte e Zenóbia Collares Moreira para o *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à atualidade* (2009), encontramos muitas, cujos nomes nunca foram incluídos na história da literatura portuguesa ou que apenas mereceram uma pequena menção ou uma nota de rodapé¹. Como Gloria Steiner afirma, elas são “mulheres corajosas” que ousaram romper as barreiras que lhe eram impostas pela sociedade patriarcal, adentrando no espaço público por meio da literatura. Algumas ousaram ainda mais, arriscando-se a ser senhoras do seu destino, o que demonstra “uma extraordinária bravura que as torna vulneráveis” (*apud* VASCONCELOS, 2012, p. 23).

Ana Augusta Plácido tem, como veremos, os predicados elencados por Gloria Steiner: coragem, ousadia, e bravura. Para a escrita deste ensaio recorro, sobretudo, a “Meditações”, texto escrito na cadeia, e que faz parte de *Luz coada por ferros* (1863), livro de estreia. Norteio-me, teoricamente, pela crítica feminista, partindo do conceito de gênero, isto é, de categoria sexual, socialmente construída, o que implica o contexto da época, e conduz aos conceitos de patriarcado e de fada do lar.

A escritora nasceu em 27 de setembro de 1831, na cidade do Porto, filha do comerciante António José Plácido Braga e de Ana Augusta Vieira. Pertencia a uma numerosa família – eram 12 filhos – da pequena burguesia portuense. Teria recebido a educação costumeira para uma menina da sua condição, ou seja, conhecimentos necessários para ser uma “fada do lar”, com a valorização da inocência, a fim de que cumprisse papel de boa filha, esposa e mãe (COMINOS, *apud* MACEDO, AMARAL (Orgs.), 2005, p. 84). A sociedade patriarcal impunha às mulheres abnegação e dedicação, a fim de que elas estivessem prontas a cumprir o destino que a família lhes determinava (STAFFE, 1934, p. 10).

1 No Brasil, a Profa. ZahidéLupinacciMuzart (UFSC) está desenvolvendo o projeto “Uma voz oculta: história da literatura de autoria feminina brasileira”, com o objetivo de analisar a literatura feminina e estabelecer uma história ainda não contada, a história da literatura de autoria feminina no Brasil, procurando elos com a literatura dominante e elos entre as próprias obras. Informação obtida através do currículo Lattes da pesquisadora.

Num baile, aconteceu ser despertada para o amor. Ana Plácido conta que “Aos quinze anos, há o acordar de um sonho angélico. Buscam nossos olhos a luz que os enfeitiça; rico de opulência desabrocha o coração, e em si recolhe máximas do bem que custam anos a destruir.”² (PLACIDO, 1995, p. 62-3). Esse amor marcará para sempre a vida de Ana Plácido e de Camilo que, por sua vez, dá detalhes desse primeiro encontro: “Num baile foi que eu a vi pela primeira vez. Era ela solteira, e teria quinze anos” (CASTELO BRANCO, 1984, p. 1142).

Segundo Ana Plácido, “[...] uns olhos disseram-me ao coração ‘vive’ – um sorriso fez-me estremecer todas as fibras que estavam intactas.” (PLACIDO, 1995, p. 88). O amor à primeira vista nascia naquele momento e haveria de perdurar para toda a vida. Mas como nos romances românticos, uma triangulação amorosa haveria de se impor. O pai, António José Plácido Braga, querendo “garantir” o futuro da filha, agencia o casamento dela com Manuel Pinheiro Alves, um brasileiro de torna-viagem, que se estabelecera como comerciante do Porto. O casamento realiza-se a 28 de setembro de 1850. Ela tem 19 anos, ele, 43.

Anos depois, ela escreveu:

Trespassem-te a um homem repulsivo, quando mal conheces a magnitude do sacrifício e o valor da mercancia.

Quando te é dado compreender a melancólica existência, a que te condena a cobiça previdente de um pai cuidadoso em demasia no provir de seus filhos, é já tarde.... (PLÁCIDO, 1995, p.63).

A força da ordem masculina impõe-se como relação de dominação (BOURDIEU, 1999) que obriga a menina a aceitar essa *mésalliance*. O casamento e as imposições sociais dele decorrentes são “[...] os anos [que] correram morosos na tempestade; a vereda [que] oscilou em vulcânicas convulsões”. O que haveria de triunfar era o chamado do coração, aquela “visão primeira do amanhecer, aquele olhar caído em seio virgem, [que] jamais pôde ser esquecido!...” (PLÁCIDO, 1995, p. 88).

Camilo, cujo passado de aventuras amorosas já contava com diversos escândalos, com o casamento de Ana Plácido, busca refúgio na religião e chega a recolher-se ao Seminário do Porto (1850-1852), onde ele não encontrou a paz que desejava. Ana Plácido é, então, a esposa do rico comerciante Manuel Pinheiro Alves. Infeliz no casamento, reconhece que foi “vítima dos cálculos e da ambição” paterna, e, após anos de sofrimento, ousa ser dona de si mesma, assumindo os riscos da paixão devastadora: “Agora sim. Venha tudo, que tudo sofrerei por ti, e resignada! Abençoado sejas, anjo redentor, ou astro fatal, que te aproximias. Vem!” (PLÁCIDO, 1995, p. 90).

2 Uso a edição de *Luz coada por ferros*, de 1995, fac-símile da de 1863. Atualizei a ortografia usada no livro.

O pai havia morrido em 1850, a mãe, em 1855; a irmã mais querida, em maio de 1858. Em 11 de agosto desse ano, nasce Manuel Plácido, filho presuntivo de Camilo. Decidida a viver esse grande amor, Ana Plácido resolve, em 1859, deixar o marido e ir viver com Camilo. Acusados de adultério, ambos foram presos e encarcerados na prisão da Relação do Porto de junho de 1860 a 16 de outubro de 1861. O filho pequeno, uma criada e “à volta de 500 livros” acompanharam Ana Plácido, além do material necessário para atividades de escrita (PIMENTEL, 1922, p. 369).

Durante o tempo de cárcere, Camilo escreveu, entre outras, *O Amor de perdição*, obra que o consagrou. Para Ana Plácido, esse também foi um tempo de escrita, o que constituiu um bálsamo nos tristes dias em que ali viveu. Em 1863, foram absolvidos e passaram a coabitar.

A introdução de *Luz coada por ferros* é feita por Júlio César Machado, conhecido escritor e folhetinista, que comenta:

Não sabe talvez a autora deste livro, que estamos num país em que a primeira coisa que uma senhora de talento tem que fazer-se perdoar, é o seu talento mesmo. É tão cómodo dispensar-se uma pessoa de ter espírito, que os sensaborões nacionais formaram uma seita para castigar os que o têm; entre os homens a forma de punir o talento é desviá-lo dos destinos públicos, não lhe recompensar o heroísmo da luta, e, depois de o desdenhar, caluniá-lo um dia; entre as senhoras o que se usa, é espalhar o boato de que a sua superioridade não as deixa atender a mais do que ao egoísmo e à vaidade, sem consentir nunca que as domine a veemência de sentimentos, que formam o condão e a sorte da mulher.

Não perdoam facilmente, essas a que os jornais do gênero chamam no dia imediato ao baile “rainhas da festa”, que uma entre elas, tão formosa como elas, como elas tão senhora, se permita além de conversar, sorrir, amar, dançar, - pensar! As mães indicam-na às meninas como perigosa, os burgueses evitam olhá-la, os noivos temem-se, e os tolos, que andam em maioria, dizem consigo que uma senhora que tem espírito é uma senhora que se afasta do seu fim, e que eles não se acham preparados, de um dia para o outro, a conversar num baile com uma senhora que pensa, porque vão a um baile para se distraírem, e não para terem trabalho (MACHADO, 1995, p. VI e VII)

Por essas palavras tem-se uma clara visão da sociedade da época: a mulher não poderia ter talento, não lhe era permitido pensar por si própria. Rompida essa cláusula, a mulher era difamada, pois estaria agindo por “egoísmo e vaidade” e não se submeteria “à veemência dos sentimentos”, que seriam “o condão e a sorte da mulher”. Estigmatizada como “perigosa” pelas outras mulheres, “temida” pelos pretendentes, a “mulher de talento” arriscava a sua reputação social e moral numa sociedade

provinciana e mesquinha que lhe determinava somente o papel de mera espectadora. Ousar tornar-se partícipe da cultura era se aventurar por um território dominado pelos homens e estar sujeita à maledicência pública.

Júlio César Machado dá conta desses riscos, falando dos boatos que corriam acerca da autora:

Por isso, o que há para estranhar em que de um talento tão delicado e grave como o da autora de *Luz coada por ferros* se tenham arreçado uns, desconfiado outros, e alguns espalhado rumores na intenção de pôr em dúvida se de veras ela própria, ela senhora, ela portuguesa, ela que passou no mundo sem ninguém lhe observar nunca ares de literata e ridículos de preciosa, desastroso distintivo das musas nacionais, se é ela realmente, ela sozinha quem escreve os artigos que a *Revista contemporânea* tem ufanamente publicado com as iniciais de A. A.?! (MACHADO, 1995, p. VIII).

O escritor também relata os rumores dos que suspeitavam ver semelhanças de estilo entre “o elegante romancista” e a autora. Afirma “mas o que há direito a esperar, é que não confundam o estilo que se assemelha com o estilo que lhe serve de norma, por mais parecidos que sejam.”. Mais à frente, retoma a defesa, afirmando que “a um homem de letras [...] não lhe é permitido hesitar um momento em reconhecer no estilo da senhora D. Ana Augusta uma fisionomia, que, embora semelhante à de outro nas feições, sensivelmente se discrimina no todo.” (MACHADO, 1995, p. XI, XII).

Finaliza a introdução, advertindo os leitores a não procurarem nos enredos só “os segredos dessa triste existência” nem tampouco “o mesmo tipo de heroína, como se a autora estivesse sempre em modelo para o seus desenhos”, pois:

Um dos melhores merecimentos deste livro é justamente o de se conhecer no entusiasmo da paixão, na veemência das apóstrofes, depois no tom resignado das almas superiores mas infelizes, em pequenos toques de estilo, na serenidade de algumas queixas, no perfume de afetuosa sensibilidade epistolar, a inteligência subtil e mimosa, que está mesmo revelando o sentimento feminino. (MACHADO, 1995, p. XIII).

Não podemos perder de vista que esta introdução foi escrita por um escritor português da segunda metade do século XIX. Júlio César Machado parece, no entanto, ter compreendido bem o texto feminino, pois aponta tanto para uma filiação masculina, camiliana, como para uma linhagem da instância autoral feminina. Como não compreendermos o dialogismo e a polifonia que se estabelecem entre o mundo patriarcal e o universo feminino? Ana Plácido viveu numa sociedade cujos referentes intelectuais eram masculinos, porém a sua voz era feminina. Afinal, como diria Virginia Woolf, “Mas esse poder criativo [das mulheres] difere em

grande parte do poder criativo dos homens. [...] E é preciso que se conclua que seria mil vezes lastimável que fosse impedido ou desperdiçado [...]” (1989, p. 116).

“Meditações” é acompanhado por longa nota de rodapé não assinada, possivelmente de Júlio César Machado. Considera o autor que

Não sabemos bem se devemos bendizer, se amaldiçoar o infortúnio que faz despontar a aurora de um talento. [...] O nosso fim é outro: é preceder de algumas linhas de singela gratidão o mimo literário, se não antes a fúnebre elegia que nos enviou a ex.^{ma}sr.^a D. A. A., há quatro meses presa num antro da relação do Porto, num antro de miseráveis e indecência, para onde fugiu perseguida pelos insultos que lá mesmo, dentro dos ferros, lhe espremeu fel nas chagas da sua deplorável vida. (1995, p. 61-2).

A nota do autor revela que o texto foi escrito nos primeiros quatro meses de cadeia, o que significa que Ana Plácido o escreveu sob o impacto de fortes dores morais, do escárnio da sociedade moralista portuense que aplaudia os seus infortúnios, pois a adúltera estava sendo exemplarmente castigada. Mas outro móbil parece mover a escritora: o de se auto-sustentar. O autor da nota comenta que:

A desgraça empanou os belos dias dessa infeliz senhora; a perspectiva da pobreza levou-lhe às amarguras do cárcere mais essa nova agonia; [...] pediu à sua alma enérgica ensaios de inteligência que lhe promettessem para o futuro trabalhos de mais fôlego e mais segura garantia à sua subsistência. (1995, p. 61-2).

Que “trabalhos” seriam esses? Inferimos que só poderiam ser literários, embora o autor diga no final da nota que não lhe havia sido pedida a publicação do texto. Mas não podemos esquecer que o próprio Camilo era um escritor profissional, viveu sempre do que escreveu, e Ana Plácido, já nessa época, escrevia para os jornais assinando apenas A. A. Desejaria a autora uma “renda toda sua” (WOOLF, 1989) que permitisse a sua subsistência? Certamente. Ana Plácido ao longo da vida irá fazer traduções, escrever para jornais, colaborando no sustento da casa, além de fazer a revisão de textos de Camilo.

O texto de “Meditações” é autobiográfico (LEJEUNE, 1975), havendo, portanto, coincidência entre o eu biográfico e o eu que narra. Dirigido à sociedade, configura-se como uma narrativa de memórias pessoais e de denúncia dos padrões morais. A narradora desafia a sociedade, afirmando “[...] já que pois acolhes, ó mundo, a infâmia com brandura, aceita agora a impiedade que só tu fazes.” (PLÁCIDO, 1995, p. 62). Quais seriam as “impiedades” que o mundo lhe infligira? A primeira delas, o despotismo paterno que firmara o contrato nupcial visando vantagens econômicas, para assegurar o futuro econômico

da filha. O pai fizera dela mera mercadoria disponível no mercado “trespassara-a”³, verbo que chama a atenção, pois, de uso comum na linguagem comercial, designa a venda de um comércio; por outro lado, trespassar significa também penetrar. A autora tem plena consciência que o pai a “vendeu”, porém continuou dona de seu próprio corpo, já penetrado pelo “comprador”. É essa lucidez que entra em conflito com os padrões morais da época e a faz cair na autocomiseração, nas invectivas contra a religião:

Ó religião, tu abres os braços para esmagar os crédulos que te fantasiaram um refúgio no desvalimento. Ao primeiro toque do infortúnio, caís alquebrada sob o peso da tua gélida inércia. A teu lado erguem-se triunfais o crime e o roubo; e a impiedade, galardoada pelas felicidades da vida, é um desmentido à tua legenda do amor ao próximo...

Perdão e misericórdia para a infeliz, Senhor!

Acaso! Tu não podes ser Deus!... (PLÁCIDO, 1995, p. 65)

O sofrimento de Ana Plácido a faz denunciar o farisaísmo da Igreja, contrapondo a religião aos princípios do evangelho. Insurge-se contra Deus, o deus cruel do Velho Testamento, suplantado por seu Filho, desafiando Jesus a ser Deus.

Nas suas “Meditações”, a autora relata o triste espetáculo da cadeia. Escreve um texto de denúncia da situação vivida pelas crianças abandonadas e questiona:

Que culpa têm eles da infelicidade que os feriu no berço, para os arrastarem à masmorra, ao foco da corrupção e da imoralidade onde os atiram para não pejar as ruas e obscurecer a vista dos felizes? [São] [...] três ou quatro dúzias de crianças, o mais delas andrajosas com as faces lívidas de fome e de frio. (PLÁCIDO, 1995, p. 72; 73-74).

Oscilando entre a esperança e o desalento, justifica-se como “mártir da obediência filial”. Relembra o passado e conta-nos o encontro com o amado, “Aquele ser ideal, que eu alindava com as perfeições dos querubins, estava lá, era ele, reconheci-o com os olhos fechados. Senti-me ébria de um gozo suavíssimo, compreendi enfim o mistério das imponderáveis alegrias de nos sentirmos viver em duplicado.” A irmã Maria José, a quem o livro é dedicado, foi testemunha desse encontro e profetizou: “Luz e trevas, glória e martírio.” (PLÁCIDO, 1995, p. 89, 90, 105, 108, 109).

O que mais surpreende não é o tom confessional e angustiado da narradora, mas a consciência que tem de se saber mulher e de pretender mudar a sua trajetória através

3 Citei anteriormente a passagem em que ela afirma: “Trespassem-te a um homem repulsivo [...]”. (PLÁCIDO, 1995, p. 63).

da literatura. Primeiro gostaria de citar o seu vasto leque de leituras, que vão da Bíblia à prosa doutrinária, da poesia aos romances. A prosa do Padre Manuel Bernardes, do Padre Francisco de Sousa e de Frei Luís de Sousa é conhecida por Ana Plácido que usa epígrafes dos dois últimos. Quanto a Manuel Bernardes, é Júlio César Machado quem nos diz que já o fizera ler a *Nova floresta* e que se não vive “na familiaridade de alguns excelentes autores velhos, é porque nem sempre [...] [pode] ir visitar a gentil autora deste livro” e ser por ela apresentado aos “seiscentistas do seu conhecimento”. (MACHADO, 1995, p. XI).

Ana Plácido declara a paixão pela leitura. Confessa sentir-se “endoidecer de amores, pelo autor de *Os Lusíadas*, por Garrett e tantos outros nomes ilustres”. Afirmar aguardar “sedenta e faminta cada nova criação de Alexandre Herculano, Mendes Leal e Castilho” e que essa plêiade é a “única que engrandece este Portugal, que busca esmagar-lhes o talento, e tão mal preza seus filhos” (PLÁCIDO, p. 86, 87). Apesar de omitir o nome de Camilo, sente-se a sua presença através da ironia patente nesta afirmação “[...] este Portugal que tão mal preza seus filhos”, pois ele já era um autor bastante conhecido quando foi preso. Quanto a escritores estrangeiros, cita: Racine, André Chenier, Wieland, Chateaubriand, Lamartine, Victor Hugo, Balzac, Xavier de Maistre e Alphonse Karre. Também menciona autoras: Rosely de Lorgues, Mme de Staël, Georges Sand. Em relação às portuguesas, refere-se à Marquesa de Alorna e à Viscondessa de Balsemão. Pode-se ver que as leituras da autora vão desde os clássicos até os seus contemporâneos, o que nos permite traçar um perfil de leitora culta e atualizada, que lia fluentemente em francês.

Faço uma pausa para nos determos no título do texto aqui analisado: “meditações”. Do latim, *meditatio*, *onis* significa “preparação, prática, exercício, trabalho, estudo”, comportando também o sentido mais conhecido de meditação, reflexão. Na nossa língua, associamos, via de regra, essa palavra ao campo religioso ou filosófico. A meu ver, Ana Plácido tem uma intenção clara ao intitulá-lo de “meditações”, ou seja, pretende que este seja um “laboratório” do exercício da escrita. Referi-me, anteriormente, à nota que acompanha o texto e cujo teor explicita o desejo da autora dos “trabalhos” futuros virem a ser uma “garantia à sua subsistência”. Afirmar a autora: “Hoje, quando os meus verdugos me supõem dias terríveis de desesperança e amargura, eu digo à alma que suba, à inteligência que se ilumine, e de pronto uma chama misteriosa me aclara esta difícil ascensão” (PLÁCIDO, 1995, p. 62, 90).

Poderíamos supor, num primeiro impulso, que Ana Plácido estaria recorrendo à religião para enfrentar os sofrimentos. Mas não. Vejamos as suas palavras: “[...] entrego-me ao idealismo vago e indefinido, e encontro um mito só meu.” (PLÁCIDO, 1995, p. 91; grifo nosso). Qual seria esse mito todo seu, “um centro luminoso”,

vislumbrado nas trevas do cárcere, que a deixa “febril” e a encoraja a sofrer pacientemente?

O “mito todo seu”, o “centro luminoso”, é a literatura. Não só a literatura através da leitura, mas através do fazer literário. Faz críticas às mulheres que “apagam no regelo do coração” essa “febre” e tornam-se apenas “boas governantas de casa, e boas mães de família”. Indaga “mas essa essência preciosa absorve todas as faculdades grandiosas da mulher?” Ela mesma responde com um “Não” (PLÁCIDO, 1995, p. 91).

Na sua lucidez e modernidade, conclama as “mulheres de Portugal” a pôr fim a essa “inatividade”, a se desligarem “de certas apreensões, procurando no livro e no estudo dos bons mestres um refrigério para os tristonhos dias da velhice” (PLÁCIDO, 1995, p. 91). As “apreensões” seriam, provavelmente, o preconceito que a mulher instruída enfrentava na sociedade e a velhice que, sabe-se, chegava bem cedo – por volta dos cinquenta. Esse é um conselho que ela dá às leitoras, para si mesma reserva outra missão. Leiamos as suas palavras:

Sei que não podemos aspirar a um nome distinto como o de madame Staël, ou Georges Sand. A estas dotou-as a subtileza do engenho, a grandeza do gênio, a vivacidade sublime que não possuímos desde que a marquesa de Alorna, e Catarina Balsemão passaram sem herdeiras. Não demos ao homem a fácil vitória da nossa inércia. Entremos desassombradas nesse trilho em que os mesmos espinhos nos fazem esquecer outras dores. (PLÁCIDO, 1995, p. 91).

Invocando o exemplo de autoras estrangeiras e portuguesas, convoca as mulheres a desafiar os preconceitos masculinos e a romper a inércia em que se encontram. Para si, reserva o papel de pioneira: “É, afagando esta idéia, que me arrojo primeira no exemplo, e com a esperança de ser imitada e seguida”. Era, então, o ano de 1861 e diz-nos que haveria de ter “compensações desconhecidas” e que já começava “a gozar delas” (PLÁCIDO, 1995, p. 91).

Ana Plácido, no entanto, tem plena consciência dos seus limites, pois sabe que é “fraca porque [...] mulher, pobre, oprimida pela inveja e pelo ódio” (PLÁCIDO, 1995, p. 102), mesmo assim diz-nos que não sucumbirá. E não sucumbiu. Em 1863, *Luz coada por ferros* foi publicado. Em 1864, publicou *Aurora, drama em três actos*, em folhetim, no *Jornal Vimorensense*. Na *Gazeta Literária do Porto*, desde o primeiro número, publicado em janeiro de 1868, até o décimo quinto, o folhetim *Regina*, que ficou incompleto pela suspensão do periódico. Em 1871, com o pseudônimo de Lopo de Souza, o romance *Herança de lágrimas*.

Sabe-se que Camilo e Ana Plácido enfrentaram diversos problemas financeiros, chegando ao ponto de leiloarem, em 1883, a biblioteca. Quase sem outros recursos a não ser a produção literária, Camilo aceitava encomendas

dos editores que iam desde livros de moralismo a enredos históricos, passando por obras de escândalo, tanto pelo conteúdo “apimentado” quer pela polémica. Certamente, Ana Plácido contribuía para o sustento da família com sua própria produção, escrevendo e traduzindo. A casa de S. Miguel de Seide onde viveram a partir de 1864 pertencia ao filho Manuel, herança recebida do pai legal, Pinheiro Alves. O homem a quem muito amou, o seu “anjo redentor ou astro fatal” (PLÁCIDO, 1995, p. 90), talvez não lhe tenha correspondido na intensidade e na constância. Durante os anos em que viveram juntos, Ana Plácido enfrentou o preconceito social, pois não passava de uma “amancebada”, mesmo quando a união poderiaser legitimada, pois ambos eram viúvos. Só em 1888, após trinta anos de vida em comum, casaram-se no civil, numa cerimônia simples, em presença apenas dos amigos mais íntimos. Teve três filhos: Manuel, legalmente filho de Pinheiro Alves, mas cujo pai presuntivo é Camilo; da união com Camilo, Jorge, o mais velho, era louco; Nuno, “um inútil cuja solução de vida consistiu em casar rico, mediante um namoro epistolar e um rapto que o próprio Camilo agenciou” (SARAIVA, 1996, p. 779).

Imaginemos o sofrimento dessa mulher letrada e sensível que dedicou a vida a um grande amor, sem talvez ter sido correspondida. Camilo era sífilítico e, no fim da vida, cego, desenganado pelo médico, pôs termo à vida com um tiro, enquanto Ana Plácido acompanhava o médico até o portão da casa onde viviam em São Miguel de Seide.

De Ana Plácido pode-se dizer que foi uma mulher corajosa, que rompeu com os ditames do patriarcado, tendo sido, por isso, marginalizada da sociedade. Ela tomou as rédeas do seu destino, ato de “extraordinária bravura” que a deixou vulnerável (STEINER, *apud* VASCONCELOS, 2005, p. 23), e gerou consequências que a acompanharam por toda a vida. Faleceu em 20 de setembro de 1895, em São Miguel de Seide.

A casa de São Miguel de Ceide, onde Camilo Castelo Branco e Ana Plácido moraram, abriga a Casa-Museu Camilo Castelo Branco. Nela permanecem mobiliário e objetos de uso pessoal da família, ao longo do tempo, foi sendo constituído um vasto acervo sobre o escritor, que conta com :

[...] mais de 3500 volumes de bibliografia activa (constituída por edições de originais, de prefácios e de traduções) e de bibliografia passiva (muito extensa e de temática abrangente, que vai dos aspectos biográficos ou bio-bibliográficos aos estudos fecundos de exegese literária); 787 obras pertencentes à biblioteca particular do escritor; cartas, de e para Camilo; recortes de imprensa de teor camiliano; uma centena de exemplares periódicos em que Camilo colaborou ou foi director; e aproximadamente 1000 peças de

iconografia diversa: escultura, pintura, entre outros.⁴

Como podemos ver, o nome de Ana Plácido não é citado. A Casa-Museu é de Camilo Castelo Branco, escritor que pertence ao cânone literário português. Não há lugar para a escritora que costuma ser citada como a “mulher fatal” de Camilo. É nessa perspectiva que ela continua a despertar o interesse dos leitores, tendo sido lançada em Portugal, em 2008, uma biografia intitulada *Ana, a lúcida – Biografia de Ana Plácido, a mulher fatal de Camilo*, de autoria de Maria Amélia Campos. Artigos sobre a produção literária de Ana Plácido não são frequentes.

Em 1995, ano do centenário da morte da escritora, a Câmara Municipal de Famalicão, concelho a que pertence a freguesia de São Miguel de Seide, reeditou em edição fac-similiada, com tiragem de 1.000 exemplares, *Luz coada por ferros e Herança de lágrimas*, acompanhada de uma plaquete de Aníbal Pinto de Castro, então diretor da Casa-Museu, intitulada *Ana Plácido: a mulher que se maravilhou a si própria*. O autor afirma que os interesses literários da escritora teriam sido abandonados e cita a resposta de Camilo ao escritor Luís Augusto Palmeirim que desejava obter os dados bibliográficos de Ana Plácido: “Ela se confessa arrependida de todos estes pecados, e te pede que a não menciones senão pelo pseudónimo.” (Castelo Branco, *apud* CASTRO, 1995, p. 3).

Suas obras seriam “pecados” cometidos por ousar adentrar no cenáculo literário, universo masculino, onde as mulheres não eram bem vindas. Passado mais de um século sobre a morte de Ana Plácido, a sua obra continua aguardando que o seu resgate seja feito.

Referências

BOURDIEU, Pierre. (1999). *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

CAMPOS, Maria Amélia. *Ana, a lúcida – Biografia de Ana Plácido, a mulher fatal de Camilo*. Lisboa: Editora Parceria.

CASTELO BRANCO, Camilo. (1991). *Cenas inocentes da comédia humana*. In: _____. *Obras completas*. Vol. XIII. Porto: Lello & Irmão.

_____. *Anos de prosa*. (1984). In: _____. *Obras completas*. Vol. III. Porto: Lello & Irmão.

CASTRO, Aníbal Pinto de. (1995). *Ana Plácido: a mulher que se maravilhou a si própria*. Porto: Lello & Irmão.

4 CASA-MUSEU CAMILO CASTELO BRANCO. Disponível em: <http://www.cm-vnfamalicao.pt/_casamuseu_de_camilo>. Acesso em: 29 jun. 2015.

FLORES, Conceição. DUARTE, Constância Lima. MOREIRA, Zenóbia Collares. (2009). *Dicionário de escritoras portuguesas: das origens à atualidade*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres.

LEJEUNE, Phipippe. (1975). *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil.

MACHADO, Júlio César. (1995). Introdução. In: PLÁCIDO, Ana Augusta. (1995). *Luz coada por ferros*. Porto: Lello & Irmão, p. VI-XV.

MACEDO, Ana Gabriela. AMARAL, Ana Luísa (orgs). (2005). *Dicionário de crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento.

PLÁCIDO, Ana Augusta. (1995). *Luz coada por ferros*. Porto: Lello & Irmão.

SARAIVA, António José. LOPES, Oscar. (1996). *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Editora.

STAFFE, Baronesa de. (1934). *Amulher na família: a filha, a esposa, a mãe*. Trad. de Augusto Moreno. 2.ª Ed. Porto: Editora Educação Nacional.

VASCONCELOS, Helena. (2012). *Humilhação e glória*. Lisboa: Quetzal.

WOOLF, Virginia. (1985). *Um teto todo seu*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.